

A consulta pública sobre o Novo Ensino Médio e a necessidade de monitoramento da implementação

A consulta pública lançada pelo Ministério da Educação sobre o Novo Ensino Médio segue aberta até 6 de julho. Consideramos que há ajustes importantes a serem feitos para colocar em prática a nova estrutura proposta sem que haja aumento das desigualdades. Mas reforçamos que o desenho pensado para a etapa tem potencial para oferecer ao jovem uma escola mais conectada com seu tempo e seus interesses, com mais protagonismo no seu processo de aprendizagem, e ainda contemplar uma formação integral, preparando para a plena cidadania, o prosseguimento dos estudos e para o mundo do trabalho. Na oportunidade de contribuir com o debate, queremos reforçar os pilares que consideramos fundamentais na nova estrutura e que devem ser mantidos:

1. Garantir as aprendizagens essenciais – implementar o que é comum e indispensável ao desenvolvimento integral dos jovens, tendo como referência a BNCC
2. Dar escolhas – flexibilizar para tornar a aprendizagem mais interessante e significativa
3. Aumentar o tempo na escola – ampliar a jornada para uma formação mais completa
4. Preparar para o mundo do trabalho – Educação Profissional e Tecnológica articulada ao Ensino Médio

Detalhamos nossa visão sobre esses quatro pilares fundamentais [aqui](#). E como organização que acredita no diálogo e na construção coletiva, ouvimos diversos atores de instituições e organizações e registramos as contribuições de cada um sobre o Novo Ensino Médio - [assista aqui](#). Na próxima semana publicaremos um posicionamento aprofundado, com nossas propostas para garantir a implementação com qualidade desses quatro pilares fundamentais para a etapa.

Por fim, vale lembrar ainda que o que está em pauta é uma política nova, em fase de implementação. Por isso, é preciso que haja um monitoramento oficial constante e consistente, capaz de identificar pontos de atenção e alimentar correções de rota ou aprofundamento de caminhos, para que a nova estrutura possa, de fato, oferecer uma aprendizagem capaz de formar os jovens para o mundo de hoje e oferecer novas perspectivas de futuro.

Falta estratégia nacional para Recomposição das aprendizagens

A pandemia acabou, mas os prejuízos à aprendizagem que foram agravados pelo longo período de aulas remotas devem perdurar pelos próximos anos. E ainda não há sinal de que a recomposição das aprendizagens, para toda a educação básica, seja uma pauta prioritária do governo. Embora seja positivo ver a alfabetização ganhar relevância, por meio do programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que prevê ações de recomposição para estudantes de 3 a 5 ano do Ensino Fundamental ainda não há sinalização sobre programas ou políticas para a recomposição de aprendizagens no Ensino Médio ou nos anos finais do Ensino Fundamental. Falta uma estratégia nacional que forneça diretrizes consistentes e acessíveis, além de apoio técnico e financeiro, para que as aprendizagens sejam recompostas de forma estratégica e articulada - e não se limitem a ações isoladas de escolas e professores. A recomposição das aprendizagens é uma das nossas pautas prioritárias para 2023 e para os próximos anos. Acreditamos que a BNCC traz nitidez sobre caminhos a seguir, indicando as aprendizagens a serem desenvolvidas em cada etapa e ano.

Diretrizes para realização do Saeb são publicadas e alinhamento à BNCC ainda não é efetivo

No dia 26, foi publicada no Diário Oficial da União a [Portaria Nº 267, de 21 de junho de 2023](#), que estabelece as diretrizes para a realização do Saeb, o Sistema de Avaliação da Educação Básica neste ano. A portaria inclui dois anexos: o primeiro detalha a aplicação dos testes cognitivos e questionários; o segundo apresenta um cronograma que define as datas para cada etapa do exame. O Saeb é o principal instrumento de monitoramento da Educação Básica brasileira e seus resultados são o ponto de partida para elaborar, monitorar e melhorar as políticas educacionais com base em evidências. Além disso, os dados do Saeb também servem para compor o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Os últimos resultados ajudaram a dimensionar os impactos da pandemia na aprendizagem - [a maior queda foi em leitura e escrita no 2º ano do Ensino Fundamental: a média de 750 em 2019 caiu para 726 em 2021, cerca de meio desvio padrão, uma queda muito grande](#). E também jogaram luz sobre a necessidade de elaborar políticas de aprendizagem que considerem o recorte étnico-racial. Os resultados da avaliação deste ano serão essenciais para entender o quanto o Brasil caminhou em termos de recomposição das aprendizagens e repensar estratégias para mitigar as perdas. Nesse cenário, é ainda mais

preocupante que o Saeb não esteja completamente alinhado à BNCC. Embora o Inep, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, venha se debruçando sobre a questão, **faltam informações sobre as diretrizes estruturantes, sobre as matrizes de aprendizagem e sobre o processo de atualização da avaliação como um todo**. Algumas matrizes seguem desalinhadas à BNCC, especialmente de Língua Portuguesa e Matemática para 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio. De acordo com o anexo 1 da portaria de 2023, as matrizes consideradas alinhadas à BNCC seguem as mesmas de 2021: Ciências Humanas e Ciências da Natureza para 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental. De modo geral, a portaria de 2023 não parece trazer grandes novidades: não há mudanças nas matrizes ou na abrangência da avaliação em relação a 2021, além de questionários contextuais para turmas de 2º ano.

Todos pela Educação promove evento dedicado à pauta étnico-racial

Gestores públicos e a sociedade civil organizada se reuniram para consolidar uma agenda dedicada à pauta étnico-racial a partir das propostas do Educação Já! Marcaram presença representantes de vários ministérios: Educação, Direitos Humanos, Igualdade Racial, bem como representantes do Congresso Nacional, da Sociedade Civil Organizada, especialistas, e ativistas ligados ao tema. Todos com foco em pensar ações para combater o racismo na educação e pensar estratégias eficazes para promover a equidade na aprendizagem, no período de 2023 a 2026. Um consenso entre os que estiveram presentes é que não será possível resolver questões de aprendizagem no Brasil sem antes combater o racismo em todas as suas vertentes no país. "A cada debate sobre aprendizagem fica ainda mais evidente a necessidade de uma educação antirracista para redução das desigualdades no país. E o compromisso de todos é fundamental para a pauta", afirma João Cêpa, nosso gerente de articulação que esteve no evento em Brasília. Será importante, e necessário, que toda a sociedade se mobilize para reverter as consequências do racismo estrutural na educação brasileira. E como organização comprometida com a causa, demos voz a quem já está na linha de frente, reunindo materiais que possam ajudar gestores a colocarem a educação antirracista em prática em um [ebook completo - confira aqui](#).